

Área de concentração: **Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

Subárea: **Direito Tributário**

Questão 1

A doutrina e a jurisprudência brasileiras reconhecem a norma da legalidade a partir do disposto no art. 150, inc. I, da Constituição Federal, que assim dispõe: “*sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça*”. De acordo com a bibliografia indicada e tendo em vista a norma da legalidade e a influência que ela exerce no âmbito do Sistema Tributário Nacional, responda, de forma fundamentada, às seguintes questões:

- a) Qual o conteúdo normativo da legalidade tanto no seu aspecto formal quanto no seu aspecto material? Na resposta, explique cada um desses aspectos, indicando o que representam para a instituição de tributos e para a interpretação e aplicação da legislação tributária. (2,5 pontos)
- b) O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.043.313/RS, definiu a seguinte tese: “*É constitucional a flexibilização da legalidade tributária constante do § 2º do art. 27 da Lei nº 10.865/04, no que permitiu ao Poder Executivo, prevendo as condições e fixando os tetos, reduzir e restabelecer as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas por pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo, estando presente o desenvolvimento de função extrafiscal*”. Analise criticamente a decisão do STF, relacionando-a com os aspectos formais e materiais da legalidade impostos aos responsáveis pela edição e interpretação da legislação tributária e com precedentes do próprio STF. (2,5 pontos)

Questão 2

De modo geral, a segurança jurídica determina que o indivíduo disponha dos meios necessários, de um lado, para prever minimamente as normas que lhe serão aplicadas com base no Direito vigente no presente, possibilitando que ele exerça sua conduta de maneira juridicamente informada e segura; de outro, para assegurar os efeitos jurídicos da sua conduta praticada no passado com base no Direito vigente à época em que foi praticada. No Direito Tributário, a segurança jurídica é concretizada e especificada por meio de normas que visam a proteger o contribuinte frente ao Estado. Diante do exposto e tendo em vista a bibliografia indicada, responda de forma fundamentada às seguintes questões:

- a) De que modo a segurança jurídica protege a conduta do contribuinte em relação ao *futuro*? Indique o fundamento e defina o conteúdo das normas específicas decorrentes da concretização da segurança jurídica no âmbito do Direito Tributário. (2,5 pontos)
- b) De que modo a segurança jurídica protege a conduta do contribuinte em relação ao *passado*? Indique o fundamento e defina o conteúdo das normas específicas decorrentes da concretização da segurança jurídica no âmbito do Direito Tributário. (2,5 pontos)